



DESIGUALDADE DE GÊNERO E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO¹
DESIGUALDAD DE GÉNERO Y ALTAS CAPACIDADES/SUPERDOTACIÓN
GENDER INEQUALITY AND HIGH ABILITIES/GIFTEDNESS

Patricia Neumann²

RESUMO

Gênero e altas habilidades/superdotação (AH/SD), juntos, é um tema contemporâneos na educação e sociedade. Assim, o objetivo deste texto foi pensar sobre a desigualdade de gênero nas AH/SD. O método foi bibliográfico, a fonte foi o *Google Acadêmico* e a análise quanti-qualitativa. Os resultados foram que, de mil artigos, 3 foram sobre o tema. Os artigos apontam para que as questões de gênero prejudicam, principalmente, as meninas na identificação da superdotação e, conseqüentemente, não recebem atendimento educacional especializado. Isto aponta para a desigualdade de gênero, a qual é influenciada pela heteronormatividade e por crenças pautadas numa ideia específica de racionalidade. Considera-se que discutir gênero é essencial para uma mudança social e que há imensa falta de estudos sobre identidades de gênero na superdotação.

PALAVRAS-CHAVE: Altas Habilidades/Superdotação. Gênero. Educação.

RESUMEN

Género y altas capacidades/superdotación, juntos, es un tema contemporáneo en la educación y sociedad. Así, el objetivo de este texto fue pensar sobre la desigualdad de género en la superdotación. El método fue bibliográfico, la fuente fue el *Google Académico* y el análisis fue cuanti-cualitativa. Los resultados fueran que, de mil artículos, 3 fueran sobre el tema. Ellos apuntan para que las cuestiones de género dañan, principalmente, las niñas en la identificación de la superdotación y, por eso, no tienen el atendimento educacional especializado. Esto apunta para la desigualdad de género, la cual es influenciada por la heteronormatividade y mitos basados en una idea específica de racionalidad. Considerase que discutir género es esencial a un cambio social y que hay grande falta de estudios sobre identidades de género en la superdotación.

PALABRAS-CLAVE: Altas Habilidades/Superdotación. Género. Educación.

ABSTRACT

¹ Um recorte desta pesquisa foi apresentado na I Jornada Científico-Cultural da UNICENTRO (2018) sob o título: "...Eu gosto de meninos e meninas": gênero e altas habilidades/superdotação.

² Mestra em Educação. Universidade Estadual do Centro Oeste/UNICENTRO, Guarapuava, PR, Brasil.

Gender and high abilities/giftedness, together, are current subjects in education and society. Then the objective of this text was to think about inequality of gender in giftedness. Method was bibliographic, the source was Academic Google and analysis was quantitative and qualitative. Results were, among one thousand papers, 3 was about the subject. They points question around gender damage, especially, girls during identification of giftedness and, because that, they do not have specialized educational service. This points to inequality of gender that is influenced by heteronormativity and some myths based on a specific rationality. It considers to discuss gender is essential to a social change and there is a wide lack of studies about identities of gender.

KEYWORDS: High Abilities/Giftedness. Gender. Education.

Introdução

A compreensão das altas habilidades/superdotação (AH/SD) é complexa, está em construção e é permeada por acordos e desacordos. No Brasil, seguimos as Diretrizes da Educação Especial, as quais conceituam superdotadas as pessoas com alto desempenho intelectual, acadêmico, nas artes, na motricidade, na liderança e/ou no pensamento criativo (BRASIL,1995). Trata-se de um conceito geral que baseia definições conforme diferentes teorias que não se excluem, mas se complementam.

Dentre muitos temas da educação de superdotadas(os), a problemática de gênero é fundamental, pois meninas e meninos, muitas vezes, nem mesmo são identificadas(os) por causa das representações de gênero, *i.e.*, seu potencial se perde em meio ao horizonte de expectativas que lhes são depositadas quanto ao que devem supostamente cumprir conforme seu sexo. Tal situação afeta, principalmente, as meninas que, comumente, são vistas como incapazes de ter desempenho e potencial elevados (CAMARGO, FREITAS e SILVEIRA, 2013). Neste cenário, são muitos os fenômenos que influenciam a manutenção da desigualdade de gênero e este texto apresenta um exercício de pensamento para ampliar a compreensão sobre esta desigualdade ao partir da relação entre heteronormatividade e crenças de que AH/SD é inata e que superdotadas(os) têm sempre destaque em tudo, sendo tais mitos baseados por um tipo específico de racionalidade dentro do sistema sociopolítico. Esta discussão partiu de resultados de artigos sobre gênero e AH/SD.

Método

O caráter do estudo foi revisão bibliográfica, a fonte de pesquisa foi o *Google Acadêmico*, o tipo de material foram artigos em língua portuguesa e os critérios de

busca foram artigos com *gênero* e *altas habilidades/superdotação* no título e/ou nas palavras-chave. O procedimento foi de que 2.960 resultados, investigou-se os mil primeiros artigos e, destes, 11 versaram sobre gênero, mas somente 3 atenderam aos critérios de busca. A abordagem dos resultados foi quanti-qualitativa.

Resultados

Os artigos encontrados foram *Representações Socioculturais: relações entre gênero e altas habilidades/superdotação sob o olhar da identificação* (CAMARGO, FREITAS e SILVEIRA, 2013); *Sala de Recursos em altas habilidades/superdotação: (re)pensando o sexismo e a violência de gênero* (MOCHI e MAIO, 2014) e *Gênero e Superdotação: um olhar para a representação feminina* (OGEDA, PEDRO E CHACON, 2017).

O objetivo de Camargo, Freitas e Silveira (2013) foi discutir as representações de professoras acerca de AH/SD e gênero responsáveis pela identificação de alunas(os) com indicadores. Os resultados apontam que as representações sociais dos meninos são as de que eles são naturalmente “inquietos, agitados, bagunceiros e conversadores” enquanto as meninas são “organizadas, persistentes, carinhosas e comportadas” (*Ibid*, 2013, p.484). Tais representações interferem na identificação tanto de meninos quanto de meninas, pois o que se vê são tais condutas como naturais do gênero associado ao sexo biológico e não como manifestações das múltiplas inteligências e/ou da construção histórica dos papéis sociais masculino e feminino. Ainda, as meninas têm maior desvantagem, pois a educação familiar e escolar, muitas vezes, pode exigir que não tenham nem demonstrem ambições outras que não a construção de família e maternidade, o que pode o desenvolvimento do seu potencial intelectual e criativo (*Ibid*, 2013).

Mochi e Maio (2014) objetivaram pensar sobre o número destoante entre meninas e meninos identificados e a frequentar sala de recursos de AH/SD. Os resultados mostraram que de 126 matrículas, 101 são meninos e 21 meninas (80% meninos). Uma das questões problematizadas é a influência dos papéis de gênero no momento da identificação e o fato de que as próprias avaliadoras “não percebem a si e nem as avaliadas com características e traços de potencial elevado” e reproduzem a crença de que “a mulher possui uma essência dócil, internalizada, retraída e submetida à aceitação de uma desigualdade perante aos homens” (*Ibid*, 2014, p.42). As autoras

apontam as demarcações históricas de gênero construídas pela família, escola e Estado, a desigualdade entre gênero feminino e masculino, a violência que ambos sofrem pela normatividade de gênero e chamam pela responsabilidade de educadores na mudança deste cenário.

Por fim, Ogeda, Pedro e Chacon (2017) revisaram produções sobre gênero e AH/SD no *Scielo* e na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações. Encontraram 3 artigos de 53, 1 dissertação de 45 e nenhuma tese. Eles debatem cada produção em que emergem as questões de que as expectativas e exigências sociais do gênero feminino dificultam e até impedem mulheres de desenvolver seu potencial; as representações de gênero feminino dificultam a identificação das meninas e conseqüente encaminhamento a programas de atendimento especializado; o papel de gênero afeta a construção da identidade da mulher e há vários obstáculos no desenvolvimento do seu potencial como preconceitos, o conflito entre educação/casamento/família, concepção masculina de talento, práticas educativas sexistas, etc.

Discussão

Ambos os trabalhos discutem as crenças socio-historicamente construídas em torno do que é ser feminino ou masculino e conseqüências na vida, principalmente, das meninas superdotadas. Emergem problemas como o prejuízo delas no processo de identificação da superdotação, da construção da sua identidade como pessoa, das exigências quanto à formação de família e maternidade, de uma educação que perpetua crenças e valores que põem as meninas em desvantagem, *i.e.*, em situação de desigualdade de gênero, sinalizada pela diferença de oportunidades de desenvolvimento para mulheres e homens com AH/SD desde a infância.

Mas o que influencia na manutenção desta desigualdade? Tal problema é complexo e, para compreendê-lo, é preciso um amplo diálogo de diversos pontos de vista. Abordo a questão, mediante um exercício de pensamento, por dois elementos: a heteronormatividade (LOURO, 2007) e os mitos de que AH/SD é inata e que superdotadas (os) têm sempre destaque em tudo (RECH e FREITAS, 2005). Além disso, discutir gênero implica falar de sexualidade e identidade, temas que têm sido centrais na educação. Louro (2007) defende as identidades de gênero e sexuais com base em que as identidades são construídas sócio historicamente e a sexualidade é um elemento sociopolítico.

Estas ideias contrapõem a tese de que a sexualidade é inata, natural e individual. A ideia de sexualidade inerente ao sujeito implica que ela é imutável e, ao ser associada ao gênero, este também seria imutável, já que gênero (feminino e masculino) seria um descendente do sexo biológico. Contudo, tal ponto de vista, considerado por muito tempo como o único verdadeiro, tem sido questionado a partir de várias mudanças sociais. Isto porque esta perspectiva atendia necessidades de apenas um grupo social, o de homens brancos (*Ibid*, 2007).

Destaco que falar em desigualdade de gênero só é possível nesta perspectiva de sexualidades e gêneros como construções socioculturais. Na outra visão, na sexualidade e gênero naturais, não há desigualdade, pois tudo está dado por uma força maior. Louro (2007) salienta que o maior desafio não é aceitar a diversidade, mas lidar com o fato de que as representações binárias feminino/masculino, que até então regularam o modo de ser e viver, são insuficientes. Neste sentido, esta posição binária tem ditado as normas de como agir em sociedade, como construir a família, sentir e pensar. O binário feminino/masculino tem em si a heterossexualidade, uma forma de regulação dos desejos e das ações. Não se trata apenas de características como agitado, bagunceiro, retraída ou submissa. Trata-se também de com quem se relacionar afetiva e sexualmente. Aquelas (es) que saírem fora destas regras, são os anormais.

Por sua vez, a heteronormatividade, *i.e.*, o conjunto de normas reguladoras da existência individual e social, constrói identidades através de um processo de educação. Porém, o ponto de vista heteronormativo não vê a si mesmo como uma construção. Deste modo, as representações coerentes com a heteronormatividade têm sido produzidas pelas mais diferentes áreas, da religião à ciência. Ainda é comum que passem despercebidas, mas estão presentes no cotidiano e são reproduzidas, tal como mostram Mochi e Maio (2014) quando as próprias professoras não identificam o potencial intelectual elevado das meninas e elas são vistas como dóceis, carinhosas e comportadas.

As normas são ensinadas socialmente e passam a compor uma visão de mundo, a qual é como que uma lente que permite enxergar certas coisas e outras não. E isto com fins de controle, ou seja, sociopolíticos. Quando falamos em desigualdade de gênero e sexualidades, não estamos apenas a contrapor uma ideia qualquer de gênero natural, mas a questionar um modo de vida social inteiro instituído explícita e implicitamente, regulador e organizador das relações, fundado e mantido também, acrescento, por um modelo específico de racionalidade, o qual ainda influencia muitas crenças, dentre elas,

as ideias de razão inata nos homens, sendo que uma versão disto é a ideia de que os homens são mais inteligentes e capazes que as mulheres.

A racionalidade que me refiro é aquela fundada na Modernidade europeia, um dos aspectos da constituição da sociedade brasileira. Ela é um dos elementos que dá sustentação ao sistema heteronormativo, pois se trata de um tipo de racionalidade que têm em sua base a desigualdade entre os seres dentro de uma mesma sociedade, como homens e mulheres, e entre diferentes povos, o que também sustenta as ações de colonização e crenças de supremacia epistemológica e política. Conforme Santos (1988), a partir da revolução científica do século XVI, o homem (branco, europeu) moderno acreditava numa racionalidade universal, uniforme, atemporal, imutável e independente da experiência, ou seja, uma entidade separada do mundo e nascida com todos os homens que, a princípio, seriam todos iguais.

Esta ideia de racionalidade é a base do Racionalismo, mas mesmo filósofos empiristas a mantiveram, como Locke. Várnagy (2006) explica que Locke, *e.g.*, defendeu a fundação do Estado como solução para a transgressão da lei natural. Esta lei era o conjunto de regras da natureza que governava a conduta humana presentes no estado de natureza, dirigido pela razão universal. Este estado era regulado por homens que, no uso adequado da racionalidade, buscavam pela harmonia e paz. Este homem seria um digno, virtuoso e racional *gentleman* que vive em paz em sua propriedade e respeita a dos demais. O problema deste estado natural surgiu quando homens que não usaram sua razão desrespeitaram a propriedade e originou o estado de guerra. Para resolver isso, Locke propôs a sociedade política, o surgimento do Estado parlamentarista monárquico que, mais tarde, junto ao Capitalismo, configurou-se em Estados liberais (e que, depois, se transmutou em políticas neoliberais em diferentes países). Na sociedade política de Locke, a autoridade foi legitimada do governante sobre os súditos, do marido sobre a mulher, do pai sobre o filho/a, do amo sobre os servos e do senhor sobre os escravos.

Esta racionalidade, então, não é tão universal assim, pois não era dada em igual medida no nascimento de todas as pessoas, visto que mulheres e escravos não a possuíam tal qual homens. Tais pessoas nem mesmo tinham o direito de participar da sociedade política, a qual era pautada pelo consenso da maioria (homens burgueses). Mulheres, servos, escravos, camponeses e pobres faziam parte da sociedade civil, mas não da política, já que eram incapazes de usar a razão. Temos esta situação até hoje

quando certos grupos são inferiorizados e violentados como as mulheres, as negras e os negros, indígenas, pobres, pessoas LGBT, etc.

Quanto ao gênero e as AH/SD, os mitos de que a superdotação é inata (como se fosse dada por uma força maior a uns e não a outros) e que superdotadas (os) são capazes de ter sucesso em tudo são influenciados com esta ideia de racionalidade moderna, pois ainda é comum a associação das AH/SD apenas à inteligência intelectual. A inteligência intelectual é vista como do domínio da razão e, nestes mitos, ela seria inata e capaz de dar conta das necessidades humanas como a aprendizagem, sem que seja preciso considerar outros fatores. A crença de que razão (inteligência) nasce com os homens e não com as mulheres está, dentre outras, na base de muitas das representações de gênero que veem as meninas e mulheres como menos inteligentes e capazes e, conseqüentemente, não dá a elas as mesmas oportunidades que aos meninos e homens.

Considerações Finais

Existem diversos fatores que influenciam a manutenção das desigualdades de gênero, sendo um deles o sistema heteronormativo sustentado por uma racionalidade que foi proposta como universal, mas que pertencia apenas a um grupo: o de homens brancos. Do ponto de vista destes homens foram construídas muitas das regras e representações sociais que temos até hoje, as quais têm sido transmitidas de geração em geração por homens e também mulheres, sendo uma das principais o binarismo feminino/masculino. Tais normas têm sido repensadas e questionadas, o que tem proporcionado a oportunidade de uma transformação de padrões de pensamento e conduta. A violência, não apenas contra mulheres, mas contra todas as diferentes identidades de gênero e mesmo diferentes modos de ser do masculino, no Brasil, é real e acontece diariamente, sendo uma delas, a negação do atendimento educacional especializado às meninas por nem mesmo serem identificadas.

Frente a isto, é fundamental a discussão de gênero, na Educação como um todo e na Educação Especial, se desejamos uma sociedade diferente da que temos, uma em que todas as pessoas, independente de quem sejam, tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento. Discutir gênero significa problematizar fenômenos sociais constitutivos da nossa sociedade como, *e.g.*, a violência. Quer dizer ouvir as necessidades e interesses de quem não podia se manifestar. Oferecer espaço de fala e de escuta a tantas pessoas que têm sido historicamente subjugadas é o início para uma

mudança. Dentre elas, estão as pessoas com AH/SD, pois o interesse pelos talentos é recente e ainda insuficiente, no Brasil. Junto a isso, a questão de gênero afeta diretamente todas as identidades, não apenas as meninas cisgênero heterossexuais, pois, ao ouvirmos *meninas* e *meninos*, estamos condicionadas(os) a pressupor que são sempre pessoas *cis* e *hetero*, uma vez que é esta a construção socialmente aceita como *norma* legítima, oriunda do modo de pensar binário.

Por fim, este levantamento mostrou que existe uma imensa lacuna de pesquisas sobre gênero nas AH/SD como um todo, ou seja, a falta de estudos sobre as identidades (para além do binário feminino/masculino). As poucas pesquisas encontradas estão ainda, de certo modo, centradas na problemática da desigualdade entre mulheres e homens cis. Tal problemática é fundamental, mas precisamos olhar para outras construções como as pessoas superdotadas transgênero, andróginas, *queer*, etc, e suas relações com a sociedade e vice-versa.

Referências

CAMARGO, Renata C.; FREITAS, Soraia N.; SILVEIRA, Sheila T. Representações Socioculturais: relações entre gênero e altas habilidades/superdotação sob o olhar da identificação. *Sociais e Humanas*, v. 26, n. 3, p. 478-488, 2013.

BRASIL. *Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial: Área de Deficiência*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial, 1995.

LOURO, Guacira L. Gênero e Sexualidades: pedagogias contemporâneas. *Pro-posições*, v.19, n.2, p.17-23, 2007.

MOCHI, Luciene C.C.; MAIO, Eliane R. Sala de Recursos em altas habilidades/superdotação: (re)pensando o sexismo e a violência de gênero. *Koan: Revista de Educação e Complexidade*, n.2, p.37-52, 2014.

MOLINA, Fernando J.E.; MELERO, Maria J.R.; PRIETO, Mercedes F.; GÓMEZ, Marta S.; SÁNCHEZ, Maria Dolores P. Creatividad Científica y Alta Habilidad: diferencias de género y nivel educativo. *Revista Aula*, n.21, p.49-62, 2015.

OGEDA, Clarissa M.M.; PEDRO, Ketilin M.; CHACON, Miguel C.M. Gênero e Superdotação: um olhar para a representação feminina. *Revista Educação e Linguagens*, v. 6, n. 10, p.217-231, 2017.

RECH, Andréia J. D.; FREITAS, Soraia N. Uma análise dos mitos que envolvem os alunos com altas habilidades: a realidade de uma escola de Santa Maria/RS. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.11, n.2, 2005, p.295-314.

SANTOS, Boaventura Souza. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, v.2, n.2, p.46-71, 1988.

VÁRNAGY, Tomás. O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo. In: BORON, Atílio A. (org). *Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p.45-78, 2006.

Recebido em Outubro de 2018.

Aprovado em Janeiro de 2019.